

**CITIBANK LEASING S.A – ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
**CNPJ nº 34.112.128/0001-69**  
**Nire 35300196759**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007**

Aos 22 dias do mês de novembro de 2007, às 10 horas, reuniram-se na sede da Sociedade os membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, tendo convidado a mim, Cristiana Maria Najm Ferrari de Almeida Pires para secretariar a reunião, tendo sido deliberado:

- a) aprovar o estabelecimento de Programa de Distribuição Pública de Debêntures (o "Programa"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor total de até R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ficando a diretoria da Sociedade autorizada a (i) tomar todas as medidas cabíveis para efetivar o Programa incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários ao arquivamento do Programa perante a CVM, e (ii) negociar e celebrar os documentos necessários ao referido arquivamento;
- b) aprovar a 6ª emissão de 1.000.000 (um milhão) de debêntures simples da Sociedade, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços, em série única, não conversível em ações, nominativas e escriturais, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) (as "Debêntures" e a "Emissão", respectivamente), observadas as condições mencionadas no item c) abaixo;
- c) aprovar as condições da Emissão, conforme segue:
- (i) quantidade de Debêntures e número de séries: 1.000.000 (um milhão) de Debêntures em série única;
- (ii) montante total da Emissão: o montante total da Emissão é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo);



- (iii) tipo, conversibilidade, espécie e forma: as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais da espécie subordinada;
- (iv) valor nominal das Debêntures e data de emissão: o valor nominal das Debêntures, em 2 de janeiro de 2008 (a "Data de Emissão"), será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (o "Valor Nominal");
- (v) forma de subscrição e prazo de integralização: as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;
- (vi) prazo e data de vencimento: o prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de janeiro de 2013 (a "Data de Vencimento");
- (vii) amortização: não haverá amortização do Valor Nominal, o qual será pago integralmente na Data de Vencimento;
- (viii) remuneração das Debêntures: as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (a "Remuneração"): as Debêntures, que não terão o seu Valor Nominal atualizado, farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia ("CETIP", a "Taxa DI");
- (ix) resgate antecipado facultativo: a Sociedade poderá, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas" com antecedência de 15 (quinze) dias, informando a data e o procedimento de resgate. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de pagamento das Debêntures resgatadas. Não será devido, pela Sociedade, qualquer valor referente a prêmio sobre o saldo a ser resgatado. As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas;
- (x) aquisição facultativa: a Sociedade poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão, observado o disposto no Artigo 55, Parágrafo 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterado. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado;
- (xi) local de pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (1) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures; ou no caso de titulares de Debêntures que não

estejam vinculados a tal sistema, (2) pelo banco mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas;

(xii) prorrogação dos prazos: considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da escritura de emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo;

(xiii) encargos moratórios: (1) ocorrendo impropriedade no pagamento, pela Sociedade, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Sociedade ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração (conforme definida no item viii acima), calculada *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Sociedade;

(xiv) decadência do direito aos acréscimos: o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Sociedade nas datas previstas, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento;

(xv) publicidade: todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou em outro jornal que venha a ser informado pela Sociedade na forma da legislação vigente;

(xvi) vencimento antecipado: observado o disposto abaixo, o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Sociedade, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Sociedade, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: (a) pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, formulado pela Sociedade; (b) pedido ou decretação de falência da Sociedade; (c) pedido ou decretação de intervenção ou liquidação pelo Banco Central do Brasil; (d) falta de pagamento, pela Sociedade, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão não sanada em 2 (dois) dias do descumprimento; (e) falta de cumprimento, pela Sociedade, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do recebimento pela Sociedade de notificação escrita do agente fiduciário nesse sentido; (f) protesto legítimo de títulos contra a Sociedade cujo valor

individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas entre a Data da Emissão e a data de sua apuração), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Sociedade; e (g) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Companhia cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;

(xvii) procedimento de distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que a instituição intermediária da Emissão, com expressa anuência da Sociedade, organizará plano de distribuição, tendo como público alvo investidores qualificados na forma da legislação em vigor;

(xviii) distribuição parcial: será admitida distribuição parcial das Debêntures, não estando a manutenção da Emissão condicionada a colocação de montante mínimo das Debêntures. Os interessados em subscrever as Debêntures poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar a subscrição das Debêntures (i) à subscrição da totalidade das Debêntures ou (ii) respeitado o disposto no §1º do artigo 31 da Instrução CVM nº 400, à subscrição de uma proporção ou quantidade mínima das Debêntures, conforme critério do próprio investidor; e

(xix) destinação de recursos: Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados: (i) ao financiamento de novas operações de arrendamento mercantil da Emissora; (ii) à composição do caixa da Companhia por meio de aplicações em títulos de emissão de instituições financeiras e em outras modalidades admitidas pela regulamentação em vigor, preferencialmente de emissão do Banco Citibank S.A.; (iii) à expansão de sua carteira, em linha com a estratégia do Grupo Citibank de crescer suas operações ativas em geral no mercado local, conforme a demanda do mercado de leasing; e (iv) à aquisição de carteiras de leasing, eventualmente.

d) fica a Diretoria da Sociedade autorizada a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário,



da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e o registro da Emissão perante a CVM.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que a seguir foi lida e por todos assinada. São Paulo, 22 de novembro de 2007. (Ass.) Gustavo Carlos Marin Garat, Angellm Curiel e Cristiana Maria Najm Ferrari de Almeida Pires.

A presente é cópia fiel que integrará o Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Sociedade.

São Paulo, 22 de novembro de 2007.

  
**Cristiana Maria Najm Ferrari de Almeida Pires**  
**Secretária**

